



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE UnB PLANALTINA – FUP
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**CONQUISTAS, LIMITES E DESAFIOS DA POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CAMPO NA VOZ DOS ESTUDANTES DA
LEDOC UNB**

Leidiane da Cruz Lima

BRASÍLIA
Dezembro 2014

Leidiane da Cruz Lima

**CONQUISTAS, LIMITES E DESAFIOS
DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CAMPO NA VOZ
DOS ESTUDANTES DA LEDOC UNB**

Monografia apresentada à Faculdade UnB de Planaltina como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Educação do Campo com habilitação na área de Linguagens.

Orientador: Prof. Jair Reck

BRASÍLIA

Dezembro– 2014

LEIDIANE DA CRUZ LIMA

**CONQUISTAS, LIMITES E DESAFIOS DA POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR DO CAMPO NA VOZ DOS ESTUDANTES DA
LEDOC UNB.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEDOC,
da Universidade de Brasília-UnB, como requisito parcial para a obtenção ao título de
licenciado em Educação do Campo, com habilitação área de Linguagens.

Aprovado em 16 de Dezembro 2014

Banca Examinadora:

Orientador: Jair Reck

Prof. – Examinador : Wanessa de Castro

Professor Avaliador UnB – Examinador: João Batista Pereira de Queiroz

Planaltina – DF

2014

Resumo

O presente trabalho traz reflexões teóricas e empíricas pautando a discussão sobre as políticas públicas de educação superior do campo. A metodologia utilizada foi estudos bibliográficos e entrevistas com sujeitos protagonistas para qual esta política se destina, ou seja, estudantes da Turma Panteras Negras, quarta turma da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da UnB, a fim de problematizar as temáticas em estudo. A educação tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descaso, especialmente por ausência de políticas públicas para as populações rurais. Portanto, aborda a educação do campo como uma concepção de educação criada pelos trabalhadores do campo, formulada como resultado das lutas desses trabalhadores organizados em movimentos sociais, com a finalidade de construir uma educação em um contexto que seja no e do campo. Traz o conceito para a visão dos estudantes da turma Panteras Negras da UnB como uma totalidade, em que se desenvolve todas as dimensões: político, pedagógico, familiar, geográfico e profissional, vivenciando esta política pública dentro da universidade. Para compreender o campo como um território, a educação precisa ser pensada para o seu desenvolvimento. Para tanto, a educação do campo se afirma na defesa de um país vinculado à construção de um projeto de desenvolvimento, no qual a educação é uma dimensão necessária para a transformação.

Palavras chave: Educação do Campo; políticas públicas, ensino superior.

Abstract

This paper presents theoretical reflections guided the discussion on the public policies of higher education field. The methodology used were bibliographical studies and interviews with subject protagonist to which this policy is intended , students of Rural Education Degree (LEdoC) UNB class Panthers black in order to problematize the issues under study. Education has been characterized as a precarious space by neglect especially ausência of public policies for the people living there. Therefore we address the education field as an educational concept created by the workers of the field, formulated as a result of the struggles of these workers organized in social movements, in order to build a context that will be on education and campo. Triremes concept for vision of students of Black Panthers group as a whole, in which it develops all dimensions: political, educational, family, and professional geographic, are experiencing this policy within the public Universidad. Para understand the field as a territory , education needs to be thought for their development , for both education field stated in defense of a country linked to the construction of a development project , in which education and a necessary dimness for transformation.

Keywords: Rural Education; public policies,LEdoC, developme

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado à vida e por me ajuda nas minhas conquistas.

Aos meus pais Maria Lidia e Aparecido, pelo amor incondicional e pela paciência. Por terem feito o possível e o impossível para me oferecerem a oportunidade de estudar em meio a toda dificuldade, acreditando e respeitando minhas decisões e nunca deixando que as dificuldades acabassem com os meus sonhos, serei imensamente grata, por terem sentido junto comigo, todas as angústias e felicidades, acompanhando cada passo de perto. Pelo amor, amizade, e apoio depositados, além da companhia por todos esses anos, melhor convívio, não poderia encontrar, pela confiança, e por sempre estenderem os braços nas horas de dificuldade, a minha imensa gratidão. Sem vocês, o sonho não seria possível.

A minha irmã Daniela, que sempre me incentivou ao presenciar comigo as dificuldades de nossa infância, sendo além de irmã amiga, agradeço de coração. Ao meu esposo Anderson, por compreender a importância dessa conquista e aceitar a minha ausência quando necessário.

As minhas amigas Celma, Tereza, Ediane, Wedna, Sideni, e Lucinete pelas ótimas histórias vividas e longos papos no corredor da UnB, pela amizade e por ajudar a tornar a vida acadêmica muito mais divertida. Ao meu orientador Jair Reck e todos os outros professores, pelo empenho, paciência e credibilidade, obrigada por tudo.

A todos os familiares, tios, tias e primos que torceram e acreditaram na conclusão deste curso, fico muito grata.

À minha prima Lívia pela amizade e por ter compartilhado seu conhecimento em todas as leituras deste trabalho. Não tenho palavras para agradecer tudo o que fez. Obrigada!

Aos amigos da turma “É uma festa” pelas agradáveis lembranças que serão eternamente guardadas no coração, muito obrigado.

Dedicatória

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada, dedico ao meu esposo Anderson que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldade. E não deixando de dedicar e agradecer de forma grata e grandiosa aos meus pais, Aparecido e Maria Lidia, a quem eu rogo todas as noites a minha existência. Dedico também aos meus professores que acompanharam durante a graduação, em especial ao professor Jair Reck, responsável pela realização deste trabalho.

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo I: Breve Histórico da Educação do Campo No Brasil.....	11
1.1. Surgimento da política pública superior da educação do campo para o Brasil.....	17
1.2. PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo.....	20
1.3. Surgimento da LEDOC na UnB	21
Capítulo 2:O MST e a sua contribuição para a educação do campo: nas Políticas públicas e nas áreas de Reforma Agrária	24
Capítulo 3 – Conquistas, Limites e Desafios na voz dos Educando.....	27
3.1. Conquistas.....	29
3.2. Limites e Dificuldades.....	33
3.3. Desafios superados, limites permanentes e perspectivas.....	35
Considerações Finais.....	39
Referencias	Erro! Indicador não definido.

Introdução

Este trabalho buscou conhecer as políticas públicas para educação do campo, uma vez que, entendem-se que tais políticas educacionais permitiram a recriação de uma nova cultura nas demandas provenientes dos movimentos sociais ligados aos trabalhadores rurais, bem como outra noção de cidadania possível que se encontra em processo de crescimento. Neste sentido, busca-se analisar a educação do campo enquanto política pública para o ensino superior, formação de educadores (as) que se destaca nos últimos anos como nova modalidade educacional presente na realidade brasileira. Este trabalho tem como objetivo geral compreender as conquistas, os limites e os desafios da política pública de formação de professores do campo, a partir da visão de estudantes da LedoC da UnB. E tem como objetivos específicos conhecer a política pública da educação superior do campo no país; compreender a política de educação superior do campo da UnB; identificar as conquistas, os limites e desafios na visão dos estudantes sujeitos dessa política pública.

Este trabalho está dividido em três capítulos, além dessa introdução, e das considerações finais. O primeiro faz um breve histórico da educação do campo no Brasil. O segundo refere-se ao MST e a sua contribuição para a educação do campo: nas Políticas públicas e nas áreas de Reforma Agrária. O terceiro e último capítulo trata das conquistas, limites e desafios na voz dos educando.

Capítulo I - Breve Histórico Da Educação Do Campo No Brasil

O processo histórico da educação rural no Brasil teve início na República, no fim do século XIX e início do século XX, com um forte movimento educacional que recebeu o nome de ruralismo pedagógico. Esta corrente de pensamento teve como alguns de seus representantes educadores como: Sud Mennucci, Carneiro Leão, Manoel Bergstrom e Lourenço Filho. Esta corrente ampliava nacionalmente a retomada de um ideal de formação do camponês e que por meio do processo educacional seria possível a sua fixação no campo, seu local de origem. (CUNHA, 2007, p.p21-42).

No Brasil, essa época foi marcada pela grande imigração estrangeira e por um incentivo que se concentrava principalmente nos centros urbanos brasileiros que era proporcionada e estimulada pelo início da industrialização e urbanização do país. Esta realidade demarca o movimento do ruralismo pedagógico que surgiu como forte corrente teórica, pois fazia menção e até mesmo, apoiava um ideal de educação nacionalista que só seria possível numa volta às raízes agrárias do Brasil, o campo. (CUNHA, 2007, p.p. 33-47).

Contudo, a iniciativa do estudante rural surge como uma tentativa de resgatar a educação do campo que representava o Brasil de uma maneira genuína e por isso, a justificativa de se levar para o campo uma educação específica apoiada em materiais e recursos humanos próprios para esta realidade.

Portanto, os ideais educacionais do movimento do ruralismo pedagógico preconizavam uma mudança na educação principalmente em temas que abrangiam a questão curricular, o calendário escolar e a formação de professores em contraposição aos padrões de ensino urbano.

Assim, ao adentrar na história, constata-se que o modelo de educação praticado no Brasil pelos diferentes governos entre o início do Império (1822), até meados do século XX, era uma educação para a elite econômica e intelectual, em prejuízo direto e indiscriminado dos pobres, negros e índios. Inclusive a primeira Lei, ainda no período

imperial, quando se reporta à educação, não se ateve às especificidades diretas da zona rural onde a população brasileira vivia.

Para Nascimento,

[...] Para dar conta de gerar uma lei específica para a instrução nacional, a Legislatura de 1826 promoveu muitos debates sobre a educação popular, considerada premente pelos parlamentares. Assim, em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Legislativa aprovou a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, estabelecendo que em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias. (grifo do autor) A mesma lei estabelecia o seguinte: os presidentes de província definiam os ordenados dos professores; as escolas deviam ser de ensino mútuo; os professores que não tivessem formação para ensinar deveriam providenciar a necessária preparação em curto prazo e às próprias custas; determinava os conteúdos das disciplinas (NASCIMENTO, 1889, p.35).

Ao aprofundar ainda mais especificadamente na década de 1960, a educação entrou em processo de universalização para atender as novas necessidades da economia em curso. As escolas, agora escolas públicas, também destinadas aos pobres, à classe trabalhadora, passaram a ter como finalidade, a formação de técnicos para a indústria. Na prática, a escola no Brasil historicamente produziu um quadro de exclusão das camadas baixas da sociedade. De acordo com Castro, além de a escola da segunda metade do século XX ser excludente,

[...] não se tornou uma instituição democrática. Ela não é acessível a todas as classes sociais [...]. Exige, portanto, que eles (os alunos) percebam o sentido de suas atividades e respondam a suas demandas [...] demonstra que é uma instituição burguesa, pois opera um modelo elitista ajustado apenas à realidade das classes privilegiadas (CASTRO, 2008 p. 29).

Diante dos desafios da educação superior do e para o campo, a reflexão de Molina torna-se extremamente oportuna:

Um dos maiores desafios postos à continuidade das lutas pelas Políticas Públicas de Educação do Campo são as lutas pela permanência do campo e de todas as suas contradições no centro dessas políticas, o que só se fará com a permanência dos sujeitos que as protagonizam em suas vidas e lutas cotidianos se reproduzindo como sujeitos camponeses (MOLINA, 2010, p. 143).

Para identificar diferentes valores e princípios que orientam as escolhas dos indivíduos aliadas a projetos de vida, vislumbram-se os motivos que determinam decisões a cerca das concepções de espaço no campo e cidade, concepção de bem-estar, qualidade de vida, que impactam profundamente, por exemplo, na sucessão das gerações e na tomada de decisões, pedagógicas e políticas relativas à educação do campo.

É sabido que o campo brasileiro vem sendo modificado constantemente, dificultando a identificação de um *ethos* (expressão do modo como a realidade social, econômica, política, estética, educacional, cidadã do campo foi historicamente construída, experimentada e revelada pelos sujeitos), que expresse exclusivamente o meio rural, longe de identificação com o espaço urbano. Segundo Caldart,

A educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação [...] essa crítica nunca foi à educação em si mesma porque seu objeto é a realidade dos trabalhadores do campo, o que necessariamente a remete ao trabalho e ao embate entre projetos de campo que têm consequências sobre a realidade educacional e o projeto de país (CALDART, 2010, p. 106).

Precisa também dar-se conta, como adverte Frigotto (2010, p. 39), “*de que somos herdeiros de uma cultura escravocrata, autoritária e repleta de preconceitos vinculados ao núcleo constituinte das sociedades de classe*”. Nesse sentido, o primeiro aspecto que desejamos destacar é a má comparação entre o campo e a cidade.

Portanto, um dos principais desafios a serem superados é o preconceito. Este vem com a imagem que o campo é lugar do atraso, do subdesenvolvimento. Em contrapartida, a cidade, como o lugar do moderno, do progresso. Uma vez fechada uma determinada escola do campo, conseqüentemente os alunos seriam encaminhados para a cidade para a sede do município, significando ilusoriamente *status*, prestígio, ascendência social para muitos sujeitos sociais diante da sociedade. Há uma lógica nessa visão diante da ideologia que sustenta a superioridade hierárquica da cidade sobre o campo, inculcada pela literatura, pela indústria cultural, pelos meios de comunicação e, enfim, pela opinião pública.

Foi a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que instituiu as primeiras Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo no Brasil, reconhecendo o modo próprio de vida social, a utilização do espaço do campo em sua diversidade, onde vivem cidadãos com uma identidade específica. Em seu art. 2º, parágrafo único, pela primeira vez, encontra-se a preocupação pela definição da identidade da escola do campo:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às

questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida (RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 1, 2002)

Ademais a educação no meio rural, no Brasil, ainda tem muito a desenvolver. A falta de políticas educacionais voltadas para esse fim caracteriza a desvalorização do homem do campo, estabelecendo uma vida limitada aos seus filhos. São grandes as dificuldades encontradas pelas trilhas por onde passam as crianças e jovens desse meio, que procuram adquirir conhecimentos, mas também um lugar para conviver com pessoas da mesma idade, ampliando suas relações sociais.

Nas faculdades o processo vem evoluindo vagarosamente. Quase não se tem formação específica em salas com múltiplas séries, gerando outro ponto controverso nas escolas do campo. Os profissionais que atuam dessa forma buscam alternativas por serem apaixonados pelo processo de ensinar e aprender, mas não contam com apoio das secretarias municipais, muitas vezes adquirindo seus recursos próprios para a compra de seus materiais.

Por mais que o governo lance campanhas de qualificação profissional, construção de novas escolas rurais ainda é um objetivo distante. As escolas-núcleo a exemplo, apesar de possuírem uma estrutura melhor, essas se localizam em distintas regiões rurais, ocasionando o problema do transporte, com isso necessário se faz que seja dada maior atenção para as verdadeiras necessidades dessa população. Pinheiro (2011) afirma que,

[...] a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas

apropriadas para escoamento da produção; a falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros (PINHEIRO, 2011, p. 88).

O Brasil nas últimas décadas tem evoluído bastante em alguns aspectos menos na educação no campo, pois tudo foi se inovando no campo, menos na educação, a não ser como resultado das pressões dos movimentos sociais organizados. Para Pinheiro (2011):

[...] inovaram: no maquinário, no aumento da produção de grão, nos agrotóxicos, alteração dos genes das sementes para exportação em larga escala. Mas os que têm usufruído desses avanços são pequenos grupos de latifundiários, empresários, banqueiros e políticos nacionais e internacionais. Enquanto a outros é negado o acesso a terra para sobreviver e garantir o sustento de outros brasileiros (PINHEIRO, 2011, p. 96).

Sabe-se que a educação engloba diversos processos mediante os quais o ser humano se capacita para que possa ser responsável pela sua manutenção e perpetuação, dentro dos modos culturais de ser, estar e agir, que é necessário à convivência e ao ajustamento para viver em sociedade.

Dentre esses processos pode-se destacar o ensino e a aprendizagem, os quais propõem o desenvolvimento do indivíduo, promovendo o despertar da criatividade, sensibilidade, além de permitir o acesso à cultura e tecnologia como também, a conservação do meio ambiente, para a sua própria sobrevivência e a dos seres que rodeiam, dinâmica que precisa ser aplicada por toda a existência.

A educação abrange vários fatores bem como à questão social, política e ensino educacional que se liga para construir uma sociedade capaz de assumir concepções

coerentes, articuladas, explícitas e ativa com a intenção de sair do senso comum para uma consciência crítica.

Ela tem início no dia em que nascemos e a partir deste instante acontece constantemente, pois se trata de um processo no qual o ser humano necessita aprimorar e potencializar os seus conhecimentos para assim poder realizar seus projetos, desenvolver conceitos, atitudes, valores éticos, liderança, sociabilidade e capacidade para a resolução de problemas contribuindo de maneira consciente com a sociedade.

1.1. Surgimento da política pública superior da educação do campo no Brasil

A política pública da educação do campo nasce da prática coletiva dos movimentos sociais do campo, que, coletivamente, passam a lutar pela reforma agrária, por políticas públicas e pela expansão dos direitos humanos, comprometendo-se com a transformação das condições de vida da população do campo. A compreensão de política pública está diretamente ligada à participação real dos povos do campo na luta pela garantia do espaço público. Este espaço deve problematizar a prática coletiva dos sujeitos do campo nas propostas das escolas públicas do campo.

No Brasil, as primeiras políticas públicas surgiram ainda no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) e referiam-se, em especial, embora não exclusivamente, às questões trabalhistas. Além destas, as áreas da saúde, educação profissional e habitação também foram contempladas. Antes disso, de acordo com Castro (2008, p. 70), havia programas assistenciais e pontuais, exclusivos para determinados grupos de interesse e de profissionais (bancários, ferroviários etc.). Mas a autora reitera que é importante ressaltar que as políticas propostas por ele mantêm o caráter excludente das ações existentes no período pré-Vargas (CASTRO, 2003, p. 70).

Esse caráter excludente, para ela, referia-se ao fato de que, em geral, essas políticas eram focalizadas em grupos ou categorias profissionais específicos.

A prática coletiva da Educação do Campo confronta a lógica da educação rural, que preconiza uma educação criada pela iniciativa governamental, pensada a partir das referências da cidade e do capital, sendo usada como meio de submissão dos povos do campo para que se submetam à lógica da produtividade e da exploração da força de trabalho. A ideologia da educação rural é presente na maioria das escolas públicas do campo brasileiro, essa lógica impõe um modelo de educação baseado nos valores da cultura urbana, desvalorizando a cultura e a identidade da população do campo, conforme aponta (SOUZA, 2009, p. 26).

Para alcançar os grandes desafios da educação no país, as políticas educacionais necessitam superar a desenhado da desigualdade, ampliando oportunidades e diversificando ações. As populações do campo estão entre as principais vítimas desse histórico embate.

Necessita-se que seja eliminada a desigualdade entre as populações urbanas e das populações do campo, seja quanto aos níveis de escolaridade, seja quanto à formação de professores. Com foco na formação continuada de professores e com o objetivo de disseminar e desenvolver metodologias educacionais para a inserção dos temas da diversidade no cotidiano das salas de aula. Pensando nisso a Rede de Educação para a Diversidade, constituída por um grupo permanente de instituições públicas de ensino superior, vem ofertando, cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização.

Com o objetivo de acelerar a implantação das políticas públicas específicas para a educação do campo e considerando as especificidades desse público, a CGEC/SECADI vem desenvolvendo ações de formação inicial e continuada de

professores. Contemplando a formação inicial, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) apoia a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência na educação básica nas escolas do campo. Atualmente, existem 32 cursos implementados e/ou em processo de implementação, sendo 17 deles na região Nordeste do país, com mais de 3.000 alunos matriculados (MOLINA, 2010, p. 181).

Considerando as determinações legais, bem como as características e a diversidade dos sujeitos sociais envolvidos, ambas as ações apoiadas pela CGEC estão centradas na inovação teórica e metodológica, como forma de superar a falta de identidade da escola e as barreiras que tradicionalmente afastam essas populações dos processos formativos. Utilizam, especialmente, estratégias como a formação por área de conhecimento e em regime de alternância. Tal característica amplia a necessidade de contínuo monitoramento e avaliação do processo formativo, especialmente quanto às condições de oferta dos cursos e do desenvolvimento da proposta pedagógica.

É fundamental, portanto, a contratação de serviço de consultoria para o desenvolvimento de um modelo de avaliação capaz de subsidiar ações de acompanhamento da implementação do Pro campo e dos cursos da Rede de Educação para a Diversidade, bem como subsidiar a proposição de ações destinadas à regulamentação dos cursos e ao fortalecimento da política de formação de professores para a atuação na educação básica nas escolas do campo.

1.2. PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo

De acordo com o Decreto nº 7.352/2010, o Pronacampo é o conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da educação no campo em todas as etapas e modalidades. Que vai oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para implementação da política de educação do campo.

O Pronacampo começa pela construção ou reforma das escolas. Os recursos já estariam garantidos no orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e seriam repassados às prefeituras da mesma forma que hoje chega o dinheiro do Programa de Aceleração do Crescimento: em uma conta separada da prefeitura que só pode ser movimentada para pagamentos daquela obra específica. A licitação para a contratação das empresas que farão as escolas deverá ser centralizada.

O próprio FNDE já fez o projeto do que deverão ser as escolas. Salas de aula, ginásio de esportes, refeitório, salas administrativas, uma área para hortas e outras atividades rurais e até mesmo dormitórios, para alunos e professores, estão previstos. Apesar de incluir também a compra de transporte escolar, o Pronacampo prevê a possibilidade de transformar algumas escolas em um semi-internato.

O objetivo deste programa é formar agricultores em universidades e em cursos técnicos para que apliquem os conhecimentos adquiridos em ações que elevam a produtividade nas pequenas propriedades e garantir a distribuição de renda. O programa atenderá escolas rurais e quilombolas. No campo, 23,18% da população com mais de 15 anos é analfabeta e 50,95% não concluiu o ensino fundamental.

O foco principal segundo o conceito do Pronacampo baseará suas ações em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica. Uma das ações previstas é a educação contextualizada, que promova a interação entre o conhecimento científico e os saberes das comunidades (MOLINA, 2010, p. 64)

Os professores também receberam atenção especial em sua formação, com oferta de aperfeiçoamento para professores do campo e de escolas quilombolas. Ademais, o Pronacampo apoiará a oferta de formação inicial, continuada e pós-graduação para professores, gestores e coordenadores pedagógicos que atuam na educação básica do campo. Contudo, para reforçar a formação de professores, serão oferecidos cursos de licenciatura em educação do campo pelas instituições públicas de ensino superior.

1.3. Surgimento da LEDOC na UnB

A LEDOC surgiu com intuito de ser desenvolvida de modo a profissionalizar os participantes para atuação, na gestão de processos educativos escolares, entendida como formação para a educação dos sujeitos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, para a construção do projeto político-pedagógico e para a organização do trabalho escolar e pedagógico nas escolas do campo. Tendo-se como ênfases: Educação Fundamental Anos Finais e Educação Básica de Nível Médio, também na Modalidade Educação de Jovens e Adultos e na combinação com a Educação Profissional.

O Curso pretende formar e habilitar profissionais da educação fundamental e média que ainda não possuam a titulação mínima exigida pela legislação educacional em vigor, quer estejam em exercício das funções docentes, ou atuando em outras atividades educativas não escolares junto às populações do campo. O curso tem a intenção de preparar educadores para uma atuação profissional que vai além da docência, dando conta da gestão dos processos educativos que acontecem na escola e no seu entorno.

Sua implementação se deu, mediante parceria com o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA, instituição de ensino sediada no Rio Grande do Sul, com larga experiência em formação de educadores do campo,

atendendo à intenção do Ministério da Educação de estimular a parceria das IES com entidades educacionais que atuam junto às populações do campo.

Contudo, à demanda formulada pelo Ministério da Educação, por meio do Edital nº 9, de 23 de abril de 2009. A Universidade de Brasília já oferece a Licenciatura em Educação do Campo, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Em agosto de 2007 realizou-se o primeiro vestibular, promovido pelo CESPE/UnB, para a Licenciatura em Educação do Campo, aprovando 130 candidatos, dos quais 60 foram convocados para compor a primeira turma, que se realizou no Rio Grande do Sul, cuja 1ª Etapa/Semestre teve início em 24 de Setembro, com sua 1ª turma iniciada em 2007, a 2ª turma iniciada em 2008 já acontece em Brasília, com aprovação de apenas 55 alunos, porém, por falta de infraestrutura na (FUP) Faculdade Unb Planaltina passa a ser ofertada em uma chácara alugada atendendo a região Centro Oeste, e a 3ª turma formada com 60 alunos e os demais foram aproveitados para a formação da 4ª turma. Para a estadia dos educandos a Universidade passou a alugar casas até janeiro de 2014, a partir de então foram inaugurados os alojamentos.

Com o objetivo de formar educadores das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, para atuar na Educação Básica em escolas do campo, pretende, simultaneamente, contribuir para a construção coletiva de um projeto de formação de educadores que sirva como referência para políticas públicas de Educação do Campo.

Pretende-se, adotar a concepção nesta Licenciatura de contribuir para a superação de alguns desafios. De acordo com a intenção da proposta do MEC, que estimula a parceria das IES com entidades educacionais com atuação na formação de educadores e junto às populações do campo, a Universidade de Brasília está empreendendo esforços para continuar com novas parcerias que permitam a articulação de instituições de ensino do Centro-Oeste, de forma a fomentar uma rede que permita a troca de experiências em Educação do Campo, colaboração entre docentes e, ainda, acompanhamento mais próximo aos estudantes durante o Tempo Comunidade, dadas a amplitude territorial abrangida.

Ademais, a universalização da oferta das séries finais do ensino fundamental e médio constitui-se em um dos maiores desafios presentes no sistema educacional

brasileiro. Neste contexto, a formação e a ampliação do quadro de educadores que atendam estes níveis de ensino é um ponto fundamental na superação desse desafio.

Já uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA revela que 82,2% dos jovens de 15 a 17 anos frequentaram a escola em 2004, porém apenas 45,1% estavam matriculados no ensino médio, que é o nível adequado à faixa considerada.

Contudo, este caráter complexo do desafio da formação humana em Educação do Campo fundamenta-se, por sua vez, na concepção de que o campo é território de produção de vida, de produção de novas relações sociais, de novas relações entre os homens e a natureza, de novas relações entre o rural e o urbano. A partir daí, faz-se necessária uma concepção filosófica e teórica que permita articular o pensar e o fazer pedagógico com a construção de alternativas de desenvolvimento sustentável das comunidades do campo.

Portanto trata-se de criar alternativas de organização curricular e do trabalho docente que viabilizem uma alteração significativa no que se refere aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio, respondendo às orientações básicas propostas pelo MEC.

Capítulo 2 – O Mst E A Sua Contribuição Para A Educação Do Campo: Nas Políticas Públicas E Nas Áreas De Reforma Agrária.

Segundo Reck (2013, p. 27): [...] é claramente evidenciada pela canção denominada, quando chegar à terra que o MST é um movimento social que luta pela reforma agrária, cujos objetivos, segundo o próprio movimento, vão muito além da conquista da terra; buscam transformar o ser humano e, por meio desse, a sociedade.

Nessa mesma direção o educador Bogo, militante do MST, vai afirmar que:

Quando chegar a terra lembre-se de quem quer chegar quando chegar a terra lembre que tem outros passos pra dar (...) mire o olhar na frente porque atrás vem gente querendo lutar nesse caminho obscuro esta o futuro para preparar caminho, não desanime trabalhe, se alinhe no passo de andar quando chegar a terra não esta completa a tua liberdade esse é o primeiro passo que damos na busca de outra sociedade, só a terra não liberta esse é o alerta da necessidade aumentar a produção para a alimentação do campo e da cidade (BOGO) 1999, P. 138).

Um dos aspectos mais importantes da educação é a formação política dos sujeitos que fazem parte dessa realidade de luta e de conscientização social. Para alcançar sentido, a um passado comum vivido em ambientes distintos, é necessário o envolvimento coletivo em torno do conhecimento histórico e das ideias dos educadores e educando. Portanto, significa pensar no cotidiano das crianças, dos jovens e adultos, que vivem no campo.

Contudo, essa formação pode contribuir para a reconstrução do passado e das histórias de vida de educadores e de educando, esses que estão envolvidos de forma direta ou indireta e que podem contribuir para a educação do campo, e as demandas dos movimentos sociais, buscando a necessária construção coletiva que poderá proporcionar o fazer democrático e crítico. “Segundo Bogo (1999), a transformação da sociedade se assemelha a construção de um prédio, não basta ter uma planta bem feita na mão, é preciso que lá nas minas haja operários extraíndo cimento, outros transportando, outros cavando e transportando areia”.

Para Todorov (2006), O MST, no envolvimento com a educação no campo tem o desafio de formar coletivamente seus militantes, dialogando com a perspectiva freireana. Isto é, a união entre teoria e prática, sendo um dos princípios genuínos dessas formações. Acredita-se que, ensino e educação podem ser encarados como a produção crítica do conhecimento nas escolas do campo está atrelada a construção de valores, tais como: a convivência social, a valorização da realidade de vida dos sujeitos e suas práticas cotidianas. A terra; a luta; o trabalho; a cultura; a vida; a bandeira do MST; o estudo; a identidade do ser Sem Terra faz parte desses valores defendidos pelo movimento social do campo.

Nas realidades estabelecidas, na conquista de conscientização e significado do homem do campo, dar-se importância na existência de expropriados e explorados, são aspectos relevantes na vida cotidiana que busca vencer tais desigualdades, nascem as escolas do campo e seus sujeitos na construção de direitos, deveres e destinos. Exemplos das leituras são as publicações pela FETAG, CPTI e MST, os boletins e jornais, produzidos pelo PRONERA, para seu coordenador João Claudio Todorov:

É importante que todos os atores do processo educativo se apropriem do papel de gerentes e administradores das estratégias pedagógicas e didáticas, acompanhem as atividades e os resultados que se vão obtendo ao longo do caminho uma das formas de

estimular a participação de todos os atores no sistema de gerência e a fixar os indicadores nas paredes das salas de aula para que sirva de temas de discussão todos os dias a criatividade dos monitores e alunos encontrará a forma de representação mais adequada para visualizar o avanço dos resultados no rumo das experiências de cada um (TODOROV, 2006, p. 33)

Todas as formas de educação, documentos, contextualizações, e interpretações são valorizadas na produção do saberes. A integração com o processo histórico vivenciado pelos movimentos sociais, cada um no seu tempo e especificidades, constituem instrumentos de reflexão. Nessa visão, cabe anunciar que a educação do campo é reformulada em diferentes etapas, por atitudes distintas e em lugares distintos, sendo a escola apenas mais um desses espaços. Para Freire (2000), em depoimento gravado em vídeo para o MST, em 1996, em alguns trechos nos afirma que:

Eu nunca me esqueço de uma frase linda de um educador, alfabetizador, um camponês sem-terra, de um assentamento enorme do Rio Grande do Sul, onde eu fui: um dia pela força de nosso trabalho e de nossa luta, cortamos os arames farpados do latifúndio e entramos nele, mas quando nele chegamos, descobri que existem outros arames farpados, como o arame da nossa ignorância, e então ali eu percebi melhor ainda naquele dia, que quanto mais ignorante, quanto mais inocente diante do mundo, tanto melhor para os donos do mundo, e quanto mais sábio, no sentido de conhece, tanto mais medrosos ficarão os donos do mundo.

Ademais a educação anunciada pelo MST tem a proposta de melhorar o processo de construção e reconstrução da identidade cultural dos trabalhadores rurais Sem Terra.

Em tais relações, a educação pode ser considerada como instrumento imprescindível à produção e socialização da cultura.

Mostra - se os elementos constituintes da relação entre o Movimento Sem Terra (MST) e a educação no campo na luta por Políticas Públicas Educacionais no Brasil nas áreas de reforma agrária por intermédio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Desse modo, abordamos o objeto em estudo em estreita vinculação com as relações sociais que se configuram na sociedade brasileira, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é: “[...] um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil” (MST, 2001, p. 1).

Nesse sentido, o MST vem trabalhando para a escolarização dos sujeitos Sem Terra e tem organizado processos educativos que aliam a formação política e a educação técnica-profissional. Parte da ação do MST interliga-se com os elementos constituintes da Educação do Campo (LEdoC), que tem vínculo histórico com as lutas por educação em áreas de Reforma Agrária e com a práxis política dos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC) e lutam pela Reforma Agrária. Tais Movimentos incluem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Na luta pela reforma agrária, pela qual perpassam as contradições e tensões presentes nos marcos da sociedade capitalista, os sujeitos do campo vivenciam a indissociável relação entre trabalho e educação. O princípio ontológico e histórico entre ambos tem se constituído como base da formação dos sujeitos sociais à medida que se tem a socialização dos meios de produção e o usufruto dos conhecimentos historicamente acumulados.

O percurso da prática social do MST, sobretudo para efetivar políticas públicas de educação desde a sua gênese de formação, inicia-se pela luta no interior dos acampamentos e ocupações e estende-se para os assentamentos conquistados. Nos assentamentos, a luta pela escola integrada à rede pública de ensino amplia a demanda pela garantia da Educação

Básica para as áreas de Reforma Agrária. As principais práticas educativas formais são desenvolvidas nas Escolas de Assentamentos e nas Escolas Itinerantes.

Estas estão integradas à rede pública de ensino, com manutenção e controle do “Estado – em Ação”, por meio da intervenção do Ministério da Educação, das Secretarias Estaduais de Educação e dos Núcleos Regionais de Educação. Ou seja, integram-se ao Sistema Nacional de Educação, cujo financiamento segue as orientações da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)...

Capítulo 3. Conquistas, Limites E Desafios Na Voz Dos Educando.

Segundo Reck (2013, p.10), o método de estudo de caso obtém evidências a partir de seis fontes de dados: documentos, registros de arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos e cada uma delas requer habilidades específicas e procedimentos metodológicos específicos.

E assim, foi possível, através do questionário aplicado com a turma quatro (Panteras Negras) onde se adquiriu confiança e respeito com os entrevistados, no sentido de colher informações referentes às conquistas limites e desafios vivenciados durante os quatro anos de universidade. Abaixo apresentamos uma foto da turma, base da pesquisa:



Foto 1. Turma 4 da LEdoC Panteras Negras (acervo da autora).

Baseia-se na abordagem qualitativa e quantitativa, visando no estudo de caso na coleta de dados, entrevistas individuais onde imergem uma interação sobre os fatos vivenciados pelos sujeitos protagonistas da realidade.

O presente trabalho foi realizado com a turma quatro da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) Panteras Negras. Utilizamos o questionário para a coleta dos dados, com questões abertas com os educando, cada um respondeu expressando sua vivência dentro do processo educativo observou que as respostas foram bastante parecidas. A pesquisa foi pensada para ser desenvolvida com todas as turmas que já vivenciaram na prática a LEdoC, porém, na dificuldade de contato para colher as informações, precisou-se fazer um recorte e pesquisar uma única turma, no entanto a turma pesquisada recebe educando oriundos vindos de todo Centro Oeste: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

Realizou-se a pesquisa com onze educando da turma Panteras Negras, ou seja, 31% da turma: seis do sexo feminino e cinco do sexo masculino. Quanto à localização por Estado: seis do Mato Grosso, quatro de Goiás, e um do Distrito Federal.

Diante da pesquisa realizada na turma Panteras Negra na qual 11 estudantes responderam a mesma, analisaram-se os presentes depoimentos dos educando que trazem consigo a vivência coletiva, destacando os aspectos: **econômicos, geográficos, políticos, pedagógicos, familiares e profissionais**, enquanto conquistas limites e desafios.

3.1- Conquistas

Percebe-se claramente que o acesso as bolsas ofertadas a estudantes contribuíram para a permanência do sujeito na universidade e também ajuda de forma direta e indireta suas famílias. Nota-se que a educação e direito de todos isso significa ser direitos necessários à realização da dignidade humana, porém tais políticas públicas não são garantidas a todos de forma igualitária e justa. Assim compartilha o entrevistado 4 :

“Houve a melhoria através da bolsa que facilitou o acesso a universidade”.

Neste mesmo sentido a entrevistada 6 colabora:

*“Acréscimo da bolsa permanência, bolsa alimentação e direito ao alojamento”.
Então enquanto muitos pagam mensalidade, sempre afirmo “eu ganho para estudar”.*

A educação do campo passa por precariedade por descaso especialmente por não existir políticas públicas para as populações rurais. Essa situação tem repercutido nessa realidade social, quanto aos sujeitos que compõe essa realidade nos deparamos com uma infância, adolescência e juventude desorientada, frente aos desafios e incertezas da contemporaneidade, e tem-se agravado com o processo de alienação e pelo pensamento provocado pelas experiências pelos que residem em espaços urbanos. As famílias têm resistido a ficar na terra, mas com as dificuldades, levam a pensar em permanecer ou não no campo, sabendo que a educação é direito de todos e dever do Estado. No entanto ainda vivem em uma sociedade em que tudo se torna particularizado e individualizado.

Foi de extrema relevância para os estudantes proporcionando e despertando o interesse no sentido de conhecer sua própria comunidade e também de levar o conhecimento de outras regiões e estados respeitando e valorizando outras experiências nos tornando solidários na partilha nova saberes. Passou-se a conhecer de forma integral os espaços físicos e organizativos dentre as especificidades da universidade. Assim colabora a entrevistada 1

“A oportunidade de conhecer outros territórios no campo, como outros assentamentos, municípios a própria universidade e a capital (Brasília), a qual está inserida.”.

Os estudantes foram se construindo coletivamente, se despertando para uma visão mais humana e crítica capaz de identificar as grandes contradições existentes na nossa

realidade. Estão se formando agentes construtores que possibilitam uma educação articulada com a vivência, que venha fortalecer seres políticos conhecedores de seus direitos e deveres dentro da sociedade, com uma visão que coopere com o trabalho coletivo pedagógico dentro das associações e cooperativas, tornando-se uma formação de sujeitos conhecedores e protagonistas da sua história, podendo criar projetos transdisciplinares que contribuirão na transformação da atual estrutura capitalista.

Segundo Reck (20013, p.13) de acordo com o caderno de formação o programa de Reforma Agrária nº23 (1998:19) a proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária e socialista. Neste sentido a entrevista 7 diz:

“Obtive conquistas políticas quando comecei a perceber as contradições existentes na nossa realidade e me vejo responsável pela construção da minha história como sujeita na sociedade, principalmente no campo”.

O acesso ao nível superior obteve conquistas significativas nas práticas pedagógicas dos estudantes da LEdoC, construindo novas concepções de ensino e de educação, de conduzir o processo transformador da aprendizagem do sujeito do campo, um conhecimento que visa fortalecer os saberes comunitários pensado de uma forma contextualizada com a realidade do povo do campo, uma proposta de educação que contribua para o desenvolvimento profissional e acadêmico inovando a construção de um ser coletivo, que valorize as comunidades a partir dos sujeitos que estão ali inseridos, uma proposta que integre o povo do campo ao ensino acadêmico, mostrando as contradições existentes entre campo e a cidade, proporcionando uma visão dialética a pensar a realidade e entender as questões que envolve a luta pela terra. Vejamos o que diz a entrevistado 1:

“Através da experiência e vivência no tempo escola (TE) e no tempo comunidade (TC), a formação referente ao campo educacional brasileiro. O entendimento do papel do educador (profissional) e o papel da (escola) enquanto instituição de ensino”.

Nota-se que mesmo a educação sendo um direito garantido constitucionalmente nem todos têm acesso, principalmente quando se trata da educação do campo. Ainda hoje a universidade não é um espaço comum a todos, mesmo sabendo que a educação contribui com o desenvolvimento humano e que amplia potencialidades, buscando a formação de cidadãos e cidadãs críticos e conscientes de seus direitos e deveres, tornando-se agentes de transformação social.

Conclui-se que o apoio traz um fortalecimento do conjunto familiar estabelecendo uma relação de incentivo da busca ao conhecimento objetivando expectativa de se inserir como educador em uma escola e conseguir conquistar um espaço profissional. A importância de planejar a vivência comunitária o trabalho coletivo e a produção de forma sustentável cooperada, até mesmo os costumes tradicionais adquirido dos nossos antepassados. Assim diz a entrevistada 11:

“Minha família sempre me deu apoio para eu estudar na LEdoC. Não houve mudanças, pois sempre continuam do meu lado nos momentos tristes e felizes”.

Assim corrobora a entrevistada 8:

“São os maiores beneficiados com meu estudo”.

Percebe-se que o acesso ao campo profissional ainda está em construção, porém os que já estão inseridos nele, se encontram contribuindo a opinar e levantar sugestões dessas contribuições na escola onde trabalha. Neste sentido a entrevistada 7 diz:

“Ainda não tive conquistas profissionais, não estou empregada, no entanto tenho expectativa de me inserir como educadora em alguma escola e conseguir conquistar um espaço profissional”.

Com a LEdoC os que já trabalham estão com um olhar diferenciado com as escolas do campo onde estão inseridos. Vejamos assim o que diz a entrevistada 6:

“Conhecimento e mudança no meu eu profissional, meu olhar se tornou mais amplo”. Passei a valorizar mais os sujeitos do campo e a trabalhar de forma diferenciada em sala de aula com aqueles que estão em minhas mãos de 2 a 3 aulas (língua portuguesa, ciências naturais e artes- 4º e 6º ano).

Contudo percebe-se que a educação tem um poder de transformação do ser humano, tornando-os pessoas, mas integras e capazes das realizações humanas, pois o trabalho constrói culturas.

3.2- Limites e Dificuldades

Nota-se que um dos limites encontrados em meio aos estudantes é a permanência no curso, custo de passagem, distância, outro fator determinante e por não ter apoio dessas pessoas que trabalham nas escolas e a secretaria de educação não fornece substituto, e ainda as pessoas correm o risco de perder seu emprego e os que são concursados podem até ser exonerado do cargo, outro limite que pesa bastante é o fato de que os estudantes terem que estudar e sobreviver da agricultura. Contudo, os povos do campo apresentam uma necessidade maior de aproximar o trabalho e o estudo visto que a maior parte deles começa muito cedo na batalha da roça para contribuir com seu sustento retirado da agricultura familiar, assim diz o entrevistado 1:

“Como moro em um estado pouco longe, as dificuldades foram o custeio das passagens e também os gastos na universidade. Considerando também as dificuldades no tempo comunidade”.

A pesquisa apresenta como limites geográficos o clima, a distância de estar longe de casa das famílias, esses são os limites que nos quais se destacam perante os educando que permanecem na universidade por até sessenta dias, há educando que levam até três dias para chegarem a suas casas, esses são alguns dos desafios enfrentados para que se possam chegar a universidade, isso tudo em busca de seus sonhos. Ademais, vivenciam

experiências de formação humana numa perspectiva de construir uma educação que se trata de uma concepção de luta social e de práticas de educação dos sujeitos do campo.

Trata-se de um fator determinante dos limites políticos pedagógicos e a negação de uma educação igualitária com direito a políticas públicas para todo ser humano, no qual o campo sempre é e foi esquecido pelos poderes públicos. Neste mesmo sentido a entrevistada 7 demonstra a importância da compreensão dos conceitos adquiridos pela educação do campo:

“Compreensão dos conceitos e em como me colocar na posição de uma educadora militante”.

Quando um grupo de pessoas se junta e começa a pensar coletivamente sobre problemas existentes em nossa sociedade. Essas pessoas adquirem informações úteis para outras atividades que podem vir a ser desenvolvidas, e isso vai se tornando uma influência política tanto no coletivo quanto no individual. Nesta concepção entende-se que a contribuição dos estudantes da LEdoC é de extrema importância para o caminhar de uma educação transformadora que possibilita os sujeitos do campo a serem protagonistas de sua própria história, levando a educação para um caminhar transformador de modo a contribuir para melhorar a realidade da educação do campo em suas comunidades.

Diante desta jornada de luta a família é a base da sustentação dos educando que leva a permanência neste curso, pois a distância dificulta o processo educativo, diante das dificuldades os familiares demonstram a importância da formação superior de seu membro familiar. Enfrentar as demandas que o curso nos impõe para a vida cotidiana e conciliá-la ao trabalho ao estudo e ainda a vivência com nossa família, isso requer um bom planejamento e uma boa inserção e organização dos estudantes. Assim corrobora a entrevistada 6:

“Foi uma provação a cada etapa, os problemas familiares influenciaram negativamente no decorrer dos 4 anos. Tive muitas dificuldades com o meu esposo que não me apoiou, ao contrário, sempre me incentivou a desistir. Filhos adolescentes, fase boa esta mas que requer muitos cuidados”.

Percebe-se que para a inserção no curso alguns educando tiveram que optar entre o trabalho que garante a sobrevivência da família e o estudo, vejamos o que diz a entrevistada 7:

“De certa forma não pude me qualificar profissionalmente pela escolha do curso, tendo que abri mão do meu emprego e tive que seguir outro caminho”.

Porém os já qualificados profissionalmente enfrentam estâncias judiciais para poderem ter direito a educação, conforme diz a entrevistada 8:

“Enfrentar as instâncias judiciais para poder ter o direito de estudar, ter que procura advogado”.

Tendo em vista que a educação é direito de todos e dever do estado. Mas fazemos parte de uma sociedade em que tudo se torna particularizado, individualizado, propriedade de um ou de outro, temos que ficar cientes de que trabalhadores e trabalhadoras são os pilares da sustentação de todas as instituições públicas e privadas existentes.

3.3- Desafios Superados, Limites Permanentes E Perspectivas.

Diante da experiência vivida, surge a perspectiva de superação das dificuldades de leitura de mundo da teoria e da prática na nossa vida cotidiana diante dos obstáculos que o mundo opressor nos impõe. Neste mesmo sentido a entrevistada 7 diz que:

“Surgiu à perspectiva de supera as dificuldades e me qualificar para inserir na sociedade de maneira consciente colaborando com a melhoria da educação e lutar por uma sociedade mais justa e humana”.

Lutar por uma sociedade mais justa e humana, sabendo que se nasce nem rico, nem pobre cresceu e nos construímos em meio a uma sociedade que nos forma enquanto cidadão, pois, assim as pessoas poderão se libertar do comodismo, partindo em busca de alcançar seus horizontes. Juntos construindo uma comunidade baseada nos valores humanos tornando-se solidário na partilha desses saberes ainda cultivado nos valores da cultura popular desses estudantes.

Todos os participantes da pesquisa, responderam que conseguiram entender que, entrar na universidade não é fácil, pois este se apresenta como um espaço de disputa, com uma realidade camponesa específica foram aos poucos conquistando o espaço, que é garantido constitucionalmente a todos, isso resulta como uma grande conquista, o que está se construindo de forma coletiva. Sendo assim, a educação do campo traz um ideal de que para se tiver conquistas, precisa-se de muita organização coletiva.

Porém a coletividade foi um dos limites de superação adquiridos durante o curso, pois não é fácil a convivência com pessoas oriundas que trazem consigo culturas e vivências diferenciadas, contudo essas diferenças são de extrema relevância na construção de sujeitos conscientes da transformação da sociedade capitalista. Vejamos o que diz a entrevistada 7:

“Muitas dificuldades foram superadas ao longo do curso, hoje me sinto responsável pelo o que tenho construído o que permanece aberto e a vontade de lutar e superar não individualmente, mas coletivamente, trabalhar no processo contra hegemônico- diante dos desafios que estão por vim”.

Porquanto, para os pesquisados a LEdoC proporciona uma visão de mundo diferenciado, porém sozinhos eles não são capazes de transformar a sociedade, construindo sujeitos com novas relações sociais, econômicas e culturais. Contudo, cada estudante leva consigo a indignação de lutar e superar as frações que conseguimos identificar na nossa realidade, e preciso desenvolver nas *práxis* todo conhecimento adquirido na LEdoC com os saberes transmitidos pelos estudantes que a todo instante eram compartilhados e vivenciados de forma coletiva.

Os estudantes ao longo desta jornada compartilharam da coletividade, mesmo havendo algumas divergências sabem que tudo que passaram juntos serve de degraus para se construir sujeitos politicamente pensantes e capazes de pensar num coletivo para atingir metas comuns, além de mostrarem o desejo de agir coletivamente, resgata um sentimento primordial para esse modelo de cooperação, baseados nas organizações dos movimentos sociais, com o objetivo de concretizar um projeto de sociedade com base em valores humanos.

A interdisciplinaridade foi vista como um limite/desafios a ser superados em nossas escolas de inserção, que as escolas *a priori* desta vertente que possibilita uma educação do campo que valorize as pessoas sem que elas não percam sua identidade de sujeitos do campo.

Considerações Finais

O estudo sobre “As políticas públicas de educação superior do campo na visão de estudantes da LEdoC” é impulsionado pelo desejo de reafirmar a legitimidade e necessidade de que o povo do campo assuma o seu papel de agente transformador dentro da universidade. Este curso surge das lutas dos movimentos sócias por uma educação com qualidade para os povos do campo. Porém encontra-se em um processo de construção, pois a todo instante surge novas conquistas, novos limites-desafios, pois se faz necessário políticas públicas que garantam a permanência destes estudantes na universidade, de maneira que venha a garantir a identidade histórica do sujeito do campo.

O modelo de educação praticado no Brasil entre o início do império (1822) até meados do século xx era uma educação só para a elite, negros, pobres e índios era discriminada a escola não era uma instituição democrática. Isso mostra que esta diferenciação entre classes, campo, cidade, rico, pobre tem início desde o dia em que nascemos e isto passa a ser um processo contínuo, nós seres humanos precisamos aprimorar nossos conhecimentos para desenvolver conceitos e atitudes com capacidade para a resolução destes e outros problemas que vem atingindo de maneira inconsciente nossas vidas, e contribuir de forma consciente com nossa sociedade.

As políticas públicas surgiram das lutas dos movimentos sócias, luta de um povo que busca a garantia de espaços públicos de maneira igualitária, espaços estes que devem problematizar a prática coletiva dos sujeitos do campo, nas propostas de suas escolas. Pensar na política de formação de professores para atuação na educação básica nas escolas do campo.

O MST é um movimento social que busca a transformação do ser humano, dando uma formação política ao sujeito militante, dando a ele uma conscientização social, assim, o sujeito sendo conhecedor pode transformar a sociedade.

Considerando os pontos aqui abordados, os depoimentos colhidos e a análise do ambiente estudado, percebe-se que há a necessidade de encontrar meios eficazes que garantam a efetivação de políticas públicas de educação superior com qualidade para os indivíduos do meio rural, pois estes devem ser reconhecidos como categoria social que

cumprem papel importante no desenvolvimento da sociedade. A licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da UnB, trabalha com uma proposta, com essa preocupação de trabalhar conteúdos que estejam de alguma forma ligados à realidade dos alunos. Os estudantes pesquisados da LEdoC consideram que obtiveram um êxito de extrema importância nos aspectos econômicos, políticos, geográficos e familiares, pois o curso faz com que as pessoas passem a ter um olhar mais amplo sobre a própria realidade, tornando estes aspectos como conquistas, limites e desafios na visão de estudantes agentes transformadores que vivenciam na prática estes aspectos, passando por estes em suas comunidades (TC) e no tempo escola (TE) numa perspectiva de levar uma educação de qualidade e de superar desafios propostos pela sociedade opressora na qual as escolas do campo vivenciam esta realidade.

Considerando como conquistas, o fato de sujeitos do campo estar dentro da universidade garantindo um espaço que é de direito, e uma conquista de grande importância, para a permanência destes na universidade, foram as bolsas universitárias porém nem todos obtêm esta de forma igualitária, alguns estudantes recebem, mais que os outros, exemplos disso é o fato dos indígenas e quilombolas terem o direito de receber maior valor em dinheiro que os outros. Isso parece que os assentados são povos sem história, mas vejo isso como um desafio a ser conquistado. Fazer parte de todas essas conquistas supera os limites de estar longe de nossas famílias, sair dos nossos Estados, isso nos constrói enquanto cidadãos. A Educação do Campo preocupa-se em fazer com que os sujeitos do campo, libertem-se dessa letargia intelectual, contrapondo-se ao atual modelo de educação urbana e tecnocrata que só se preocupa em preparar as pessoas para o mercado de trabalho comum único objetivo: Atender aos seus interesses capitalistas.

Diante de toda essa problemática vejo necessário buscar formas de políticas públicas para a educação superior nas quais as peculiaridades do campo sejam respeitadas. Que a política da educação seja aprimorada de modo que, a cultura e o conhecimento de mundo que a população camponesa possui sejam respeitados, reconhecendo o quanto essa gente foi e é importante para a construção do país. Por isso, é necessário garantir o acesso e permanência deles na universidade, mas para tanto é necessária a existência de políticas públicas de educação do campo, cada vez mais comprometidas com suas demandas e valores.

Referências

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-Terra aprende e ensina**: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas: Autores Associados, 1999.

BOGO, A. Lições da Luta Pela Terra. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002. Institui **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>. Acesso em: 23 Novembro 2014.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. Políticas Públicas: **conceitos e conexões com a realidade brasileira**. In: CANELA, Guilherme (org.). Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010.

CUNHA, L. A. O ensino superior na colônia. IN: CUNHA, L.A. A universidade temporã. **O ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

_____. Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/Decreto/D7352.htm>. Acesso em: 23 Outubro 2014.

_____. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf>. Acesso em: 13 Dezembro 2014.

FOCEC. **Bases para a construção das diretrizes operacionais para a educação do campo de Santa Catarina**: construção coletiva do Fórum Catarinense de Educação do Campo (FOCEC). Instituto de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Sustentável – Edu campo / UFSC, 2010.

FRIGOTTO, G. Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIM, A.; BELTRAME, S.; CONTE S. F.; PEIXER, Z. I. (Orgs.). **Educação do Campo: Reflexões e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

GOMES, M. P. **Antropologia: ciência do homem; filosofia da cultura**. São Paulo: Contexto, 2008.

MST. **Nossa história**. Disponível em: www.MST.org.br . Acesso em: 23 Julho 2001.

MOLINA, M. C. Reflexões sobre o significado do protagonismo dos movimentos sociais na construção de políticas públicas de educação do campo. In: _____. (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna. SÁ, Laís Mourão. **Escola do Campo**. In: Verbete do Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro. São Paulo: Expressão Popular, 2014– p. 326.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **O Império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional**, 1889.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. 2011 Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>>. Acesso em: 30 Agostos 2014.

_____. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Disponível em: <http://www.ca.ufsc.br/files/2012/05/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 23 Novembros 2014.

_____. Resolução n. 2, de 28 de abril de 2008. **Estabelecem diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>. Acesso em: 12 Novembros 2014.

RECK, Jair. **Abordagem Psicossociológica da Consciência Política Construída Através da Cooperação**: EDUFMT, 2013.

RIBEIRO, Marlene. **Educação do Campo: Embate Entre Movimento Camponês E Estado**. Educação em Revista | Belo Horizonte | v.28 | n.01 | p.459-490 | mar. 2012. Disponível: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 03-Novembro-2014.

SOUZA, M. A. de. **Estratégias na luta contra a pobreza e a exclusão social: focalizando assentamentos organizados no movimento social**. In: Balsa, C.; Boneti, L. W.; Soulet, M.H. (orgs.). **Políticas públicas e responsabilidade civil: uma problemática transnacional**. Ijuí: Ed Unijuí, 209. (p. 241-261).

TODOROV, João Claudio. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.